

Normalização na prática: um breve relato sobre normalização e a experiência do grupo Normalizadores

The standardization of academic work in practice: a short account about experiences of the Normalizadores Group

Mara Roxanne de Souza Santos

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.
Especialização em gestão de documentos e informações pela Faculdade Integrada.

E-mail: roxannesouza@gmail.com

Denise Braga Sampaio

Graduação em Biblioteconomia pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

E-mail: denisebs23@gmail.com

Resumo

O presente trabalho relata a utilização das normas publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) no meio acadêmico e, a partir de experiências adquiridas, a criação de um grupo voltado especificamente para as práticas de normalização de trabalhos acadêmicos. É exposta, de forma sucinta, como a atividade de normalização é essencial para a organização, acessibilidade e troca de informações entre pesquisadores, professores e alunos. Tendo sua utilização mais frequente durante o desenvolvimento dos Trabalhos de Conclusão de Curso – TCCs. Para o entendimento do público em geral, buscou-se um discurso de fácil compreensão sobre as singularidades relacionadas a atividade de normalização. A estruturação de trabalhos acadêmicos é tratada correlacionada a assuntos relevantes como a comunicação científica, ABNT, o plágio e o direito autoral. É exposta a opinião de alguns alunos sobre normalização e suas dificuldades com esta. Por fim, é relatada a experiência do grupo Normalizadores, onde são desenvolvidas atividades inteiramente ligadas a normalização de trabalhos acadêmicos; além de disseminar a importância da normalização no ambiente acadêmico.

Palavras-chave: Normalização. Padronização de trabalhos acadêmicos. Normalizadores.

Abstract

The study presents, succinctly, on the use of standards published by the Brazilian Association of Technical Standards (ABNT) in academia and from experiences, creating a group specifically geared to the practice of standardization of academic. It is stated, succinctly, as the standardization activity is essential for the organization, accessibility and exchange of information between researchers, teachers and students. Having your most frequently used during the development of Work Course Conclusion - TCCs. For the understanding of the general public, aimed a speech easy understanding of the singularities related standardization activity. The structure of academic work is approached related to scientific communication, ABNT, plagiarism and author rights. Opinions of some students about standardization of academic work, as well as their difficulties to standardize it, are also discussed during this study. Finally, this study shares some experiences of the Normalizadores, which is a group that standardizes academic work in the city of Fortaleza. The group also promotes the importance of the standardization of academic work inside public and private universities.

Keywords: Standardization. Academic work. Normalizadores group.

Introdução

A atividade de normalização no âmbito acadêmico consiste em organizar e facilitar o acesso ao conteúdo abordado nos trabalhos produzidos nesse ambiente. Normas, como muitos dizem, não são leis, portanto, não são obrigatórias, mas funcionam como diretrizes que ajudam no momento da recuperação e da troca de informações, por esse motivo, mesmo não sendo obrigatório o seu uso, a padronização é necessária. As normas foram criadas basicamente para que esse intercâmbio informacional acontecesse de forma fidedigna, eficiente e eficaz. Caso elas não existissem, o tempo para que qualquer conteúdo fosse localizado seria excessivo. Por isso, poupar tempo também é um dos objetivos da normalização. Para Oliveira (2007, p. 22) normalizar um trabalho acadêmico significa:

[...] dar forma, lapidá-lo, de modo que possamos apreciá-lo, não apenas em relação ao seu interior, sua alma, representada pelo conteúdo registrado, mas pelos contornos perfeitos de uma boa forma física, seu corpo. Essa forma **“aparentemente simples”**, nem sempre atende aos padrões normativos [...] que inviabilizam, por exemplo, pequenas práticas, como: localizar uma referência adotada no trabalho consultado, ou a ordenação correta dos elementos que compõem uma referência [...] (Grifo nosso).

Faz-se necessário que o aluno, em fase de conclusão do curso, cumpra normas na estrutura e no conteúdo de seu trabalho para que este seja aprovado. Contudo, o que observamos na prática é que nem sempre a normalização é algo tão exigido, ou defendido como um importante requisito para aprovação. Em alguns casos, ela é tratada como algo supérfluo. Materiais que falem e expliquem a prática da normalização, tais como livros, com textos e modelos de fácil captação – citando livros como *“Conversa sobre normalização de textos acadêmicos”*, de Bernardina Maria Juvenal Freire de Oliveira (2007), e *“Documentos acadêmicos: um padrão de qualidade”*, de Maria Aparecida Esteves Caldas (2006), entre outros autores – são fáceis de encontrar. Contudo, também é fácil encontrar trabalhos com erros, que foram aprovados sem a mínima exigência de uma organização padronizada.

Mesmo no Curso de Biblioteconomia – no qual a normalização é estudada – é possível encontrar trabalhos com os mais variados erros. Existe ainda a figura do orientador. Sua colaboração tem sido suficiente para os alunos? Essas e outras perguntas levaram à criação de um grupo que tem por objetivos principais: a disseminação de informações a respeito das normas preestabelecidas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT); a divulgação da normalização no meio acadêmico; a valorização dessa atividade; a convivência

com outras áreas do conhecimento e, por consequência, a troca de experiências entre os alunos.

Importância da normalização de trabalhos acadêmicos

A partir do momento em que as palavras possuíram significados definidos, o homem começou a administrar padrões de vida regrados por normas consensuais. A gênese da normalização vem desde as remotas origens da cultura humana, como nos apresenta o artigo do Centro de Capacitação de Recursos Humanos do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro) (1985, p. 01):

[...] nos tempos antigos, a vida da comunidade era governada pelos costumes e pelas regras, administradas por um chefe, o que fez surgir os primeiros padrões de vida: costumes e regras comuns (família); linguagem comum; escritas figuradas; símbolos fonéticos; roupas e abrigos; religião; divisão de tempo, forma e tamanho dos artigos; dinheiro; pesos e medidas; leis etc.

Até os dias atuais, a normalização atua como organizadora das produções em diversos ambientes. No comércio, por exemplo, a padronização de produtos permitiu simplificar e racionalizar os métodos e as técnicas de bens comuns, dando maior rapidez no tempo de fabricação e de busca.

Esse estabelecimento de normas só foi possível pela reunião de pares, ou seja, de indivíduos atuantes em um mesmo seguimento que, em discussão conjunta, reuniram especificações, tomando-as como padrão. A exemplo das folhas de papel que para *International Organization for Standardization* (ISO) tem as mesmas dimensões de acordo com sua numeração (A1, A2, A4, A3, etc.), além dos exemplos já mencionados. A ISO é uma organização internacional de padronização, tendo sido criada no ano de 1947, em Genebra, congregando órgãos normativos nacionais e elaborando “padrões para especificações e métodos do trabalho nas mais diversas áreas da sociedade (existem normas, por exemplo, para classificação de hotéis, café, usinas nucleares, etc.), exceto no setor eletroeletrônico onde a responsabilidade fica a cargo da *International Electrotechnical Commission*.” (SILVA; CECCHETTO; COSTA, 2000, p.7)

Há, portanto, uma ligação direta entre as organizações normativas de muitos países com este órgão internacional, permitindo a real padronização das atividades e dos produtos. Aqui no Brasil, existem dois órgãos principais, a ABNT e o Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial (Inmetro). O primeiro é responsável pela criação das

normas, que podem ser exclusivamente nacionais ou criadas pela própria ISO. E o segundo órgão é responsável pela fiscalização da adoção dos padrões normativos e certificações, como a de gestão de qualidade (ISO 9001) nas empresas (SAMPAIO, 2011).

O uso das normas gera como consequência, credibilidade, segurança, economia e facilidade de intercâmbio, atualmente conhecido como intercambialidade, servindo de solução para problemas em diversas áreas do conhecimento e também do comércio, da indústria, de serviços, e nas produções técnico-científicas, dando qualidade aos diversos produtos.

No meio acadêmico as normas visam atender aos mesmos objetivos, facilitando a busca de informações e, conseqüentemente, a intercambialidade dentro do processo de comunicação científica. Para isso, a ABNT tem uma comissão exclusiva para as normas que contemplam essa área, a Comissão Brasileira de Informação e Documentação (ABNT/CB-14). Como o próprio nome diz, ela abrange as especificações normativas referentes à “normalização no campo da informação e documentação compreendendo as práticas relativas a bibliotecas, centro de documentação e informação, serviços de indexação, resumos, arquivos, ciência da informação e publicação” (ABNT/CB-14, 2006, p.1), padronizando todo o processo desde a criação do livro até os procedimentos técnicos por ele passa para, por fim, ser alocado nas estantes.

Como foi dito anteriormente, os responsáveis pela criação das normas são profissionais que tem contato direto com os processos, portanto, conseguem entender as carências e potencialidades das normas. O mesmo acontece quando se refere à aplicação dessas normas, afinal, elas são feitas para benefício da sociedade e para facilitar os processos para os profissionais que dela se utilizam. Portanto:

[...] a norma não existe por ordens verticais e imperativas, mas a partir da percepção de que a não adoção de um padrão pode acarretar na continuidade de um dano ou não melhoria. [...] se não há elementos dispostos segundo uma ordem lógica estabelecida pela comunidade que dela se utiliza, haverá a dificuldade de identificação desses elementos e, até mesmo, a perda de algum deles, devido a desconsideração ou seguimento de normas. No meio científico, temos essa máxima fortemente presente, basta verificarmos trabalhos acadêmicos apresentados com ausência ou emprego incorreto de elementos básicos [...] (SAMPAIO, 2011, p. 30).

Vale ressaltar que a normalização, em meio acadêmico, não é obrigatória. O que ocorre é exigência de padrões mínimos para os trabalhos acadêmicos, principalmente no que tange à requisição dos elementos componentes de uma pesquisa (introdução, desenvolvimentos e fontes), a real aplicação das normas acontece quando o autor submete sua pesquisa a avaliação por revistas científicas, para fins de publicação. Contudo, muitos

orientadores indicam aos alunos que procurem especialistas para normalizar seus trabalhos, quando não, os próprios alunos os procuram. Percebendo essa necessidade e tendo-a como um seguimento importante na área de Biblioteconomia surge, então, o grupo Normalizadores.

Experiência Normalizadores

Antes de descrevermos a criação do grupo, devemos entender como se deu a ideia da realização deste artigo, que se fez por meio do relato de experiências, tanto do grupo Normalizadores, quanto de seus clientes. O relato de experiências nada mais é que a descrição ordenada de experiências advindas de determinada atividade, para fins de avaliação e/ou comparação com outras experiências ou com as teorias acerca daquela prática. O presente trabalho, portanto, tem por objetivo evidenciar as práticas e dinâmicas envolvidas no processo de normalização de trabalhos acadêmicos, através do relato de experiências do Grupo Normalizadores. Para tal, nos utilizamos de pequenos fragmentos de conversas entre o grupo e seus clientes, com o intuito de analisar tais dinâmicas e a percepção desses clientes sobre a normalização.

O grupo Normalizadores surgiu no primeiro semestre do ano de 2009, como atividade complementar da disciplina de Normalização, ministrada no Curso de Biblioteconomia da Universidade Federal do Ceará (UFC). A fundação do grupo partiu da iniciativa de estruturar os mais diversos trabalhos acadêmicos (monografias, dissertações, teses, etc.), a fim de um melhor aproveitamento da disciplina, servindo também de complementação da renda dos discentes envolvidos. A partir de uma ideia que “nasceu” em sala de aula, visando colocar em prática todo o conteúdo ministrado na disciplina, o grupo Normalizadores passou a prestar serviços aos estudantes da Universidade e de outras instituições de ensino. Em 2010, a ideia de trabalhar com normalização tornou-se um projeto de extensão vinculado à UFC pelo período de um ano.

Atualmente, a equipe dos Normalizadores é composta por cinco bibliotecários que atuam de forma empreendedora no mercado de normalização na cidade de Fortaleza-CE, sendo motivados a fazer com que a importância da padronização dos trabalhos acadêmicos seja difundida entre estudiosos e pesquisadores. Nesse sentido, trabalhamos em conjunto com aqueles que almejam finalizar o seu tão esperado TCC.

Como um microempreendimento, o grupo Normalizadores tem como missão suprir as necessidades de padronização no que tange à produção de trabalhos acadêmicos, trabalhando sempre de acordo com as normas preestabelecidas pela ABNT e visando à satisfação de cada cliente. Como visão, almejamos nos consolidar como grupo prestador desse tipo de serviço e alcançar referência como bibliotecários normalizadores na comunidade acadêmica em geral. Os valores que norteiam os nossos trabalhos estão: a ética, a confiança, a transparência, o respeito aos direitos autorais e a honestidade.

Trabalhamos com ampla divulgação (cartazes, cartões e redes sociais) na comunidade acadêmica, nos cursos de graduação e pós-graduação das universidades públicas e privadas de Fortaleza. O *feedback* que recebemos é, na maioria das vezes, de clientes que não têm muita “paciência” com as normas e preferem, então, contratar um serviço especializado.

Tendo em mente a importância do respeito aos direitos autorais, o trabalho do normalizador consiste, basicamente, no de um “editor” de texto voltado para trabalhos acadêmicos e suas especificidades. Faz-se necessário que o normalizador “obrigue-se”, por muitas vezes, a ler grande parte do texto, pois uma de suas funções também é verificar a ligação existente entre parágrafos e citações. Exige-se, assim, o máximo de atenção no que se refere à verificação das fontes que embasam cada trabalho, conforme a NBR 6023/2002 (elaboração de referências) e NBR 10520/2002 (elaboração de citações). Além disso, é preciso atenção para a necessidade de cada cliente, pois há casos em que nos é solicitado que o trabalho de normalização seja feito com manual próprio de seu curso e/ou faculdade. Isso ocorre principalmente na estruturação de citações e referências.

Reunir, comparar e ordenar cada referência de um trabalho acadêmico somente é possível com um diálogo constante com o autor, ao qual cabe trabalhar em conjunto com o seu normalizador no sentido de associar as citações utilizadas no decorrer do texto com as referências que constam no final do trabalho. Um relato de experiência corriqueira nesse sentido é o de autores que, aparentemente, confundem datas de publicações nas citações, esquecem o número da paginação, repetem títulos de obras por diversas vezes nas referências, esquecem-se de mencionar e/ou de padronizar os *links* da Internet, bem como a data de acesso ao documento em meio eletrônico, dentre outros exemplos. É por esses e outros motivos que um normalizador precisa e deve trabalhar com o máximo de atenção no momento da compilação das fontes referenciadas, sempre conferindo citação por citação no decorrer do texto e comparando-as com as suas respectivas referências.

Nesse sentido, referenciar as fontes que embasaram todo o desenvolvimento da pesquisa também engloba a referência de tabelas, figuras, quadros e/ou demais informações que complementam o sentido do texto. São fontes que, mesmo citadas em nota de rodapé no corpo do texto, ainda deverão ser inseridas no final do trabalho. No entanto, é comum que o autor não atente para isso, deixando a referência apenas como nota de rodapé, cabendo ao normalizador, então, padronizar de acordo com o que determina a NBR 6023/2002. Outras informações que complementam o sentido do estudo são os anexos e apêndices, elementos opcionais cuja estrutura é determinada pela NBR 14724/2011 (apresentação de trabalhos acadêmicos). Cada autor é quem determina o quê, de que forma e como ordenar os elementos pós-textuais, cabendo ao normalizador orientá-lo e/ou sugerir a melhor maneira de inserir essas informações extras.

O grupo Normalizadores também insere a tradução de resumos para o Inglês em seus “pacotes” de serviço, por considerá-la fundamental dentro do trabalho de normalização, além de ser um elemento pré-textual obrigatório, obviamente. Seguindo sempre o padrão estabelecido pela NBR 6028/2003, no que tange à redação de resumos informativos e/ou indicativos, entendemos que a redação de *abstract* se torna importante não somente para o intercâmbio das informações entre acadêmicos estrangeiros, mas também para a “alimentação” de bases de dados internacionais.

Com o passar do tempo e das vivências, é possível entender que a normalização é uma atividade que exige muita atenção e paciência por parte do profissional que a pratica. Embora diversas situações que envolvam o uso de normas técnicas ou o contato com os clientes tragam experiência, o normalizador não está isento de algumas dificuldades, conforme veremos a seguir.

Dificuldades

Com base em algumas experiências, a normalização nos mostra algumas realidades no ambiente da universidade. O normalizador tem a responsabilidade de utilizar normas, independente do órgão responsável que estas advêm, para colocar as informações em ordem, “encaixar as peças”. Mas, e quando faltam “peças”? Frequentemente, os problemas surgem na ausência de alguns dados simples, porém essenciais para a busca e troca de informações. Claro, é inevitável perguntas como: “*Pra que serve isso tudo, hein?*” ou “*Tenho mesmo que botar as páginas dos livros?*” ou ainda “*Esqueci de pegar o endereço do site onde pesquisei. Mas precisa mesmo?*” É por isso que explicamos porque as normas pedem esses dados; para que, posteriormente, a informação que foi apresentada seja facilmente resgatada por outros pesquisadores.

Infelizmente, viabilizar a informação é um objetivo quase esquecido por muitos autores de artigos, trabalhos científicos, monografias, etc. Paginação, nome de autores, data de publicação de livros, endereços eletrônicos de conteúdos retirados da Internet são apenas alguns exemplos do que é deixado de lado, pois são vistos como desnecessários. Assim, é fácil considerar que as referências são um problema constante, já que as informações que trazem são, praticamente, tudo o que mencionamos há pouco. E a principal parte de um trabalho acadêmico – o conteúdo – também não escapa dos erros. As citações, por exemplo, têm por intuito confirmar o que foi dito pelo autor da obra que serviu de embasamento, ajudando o autor a desenvolver o assunto por ele exposto. Contudo, vimos que elas são apenas “jogadas” no meio do texto, sem nenhuma explicação do porquê de estar ali ou sobre qual ideia o autor quer realmente passar, sendo utilizadas apenas como preenchimento de páginas, como alguns autores de monografias já nos disseram. Há casos em que há uma confusão de quem escreve como, por exemplo, de uma monografia em que o aluno referencia a citação equivocadamente, apresentando como ano do fragmento 2001; contudo, o autor do texto havia falecido em 1980. Outro exemplo são as citações vistas em monografias do curso de Contabilidade, onde aparecem são basicamente leis, com textos extensos, que no fim acabam acrescentando pouco ao conteúdo do TCC. Em casos mais complicados, vimos trabalhos praticamente constituídos de citações; fazendo do trabalho deste uma verdadeira “colcha de retalhos”.

Outro problema visto é a falta de texto entre as seções. As pessoas acreditam que, por explanarem o tema em seções secundárias, não é necessário algo escrito na primeira seção.

No entanto, a seção primária é tão importante quanto as outras por trazer a introdução do tema a ser exposto, e é por isso que explicamos tal importância aos autores que procuram ajuda especializada, embora alguns achem que não há necessidade de um conteúdo introdutório. Outro fato comum, como a pouca estruturação e as citações com ausência de elementos essenciais, é a cópia de fragmentos ou ideias de outros autores sem lhes dar o devido crédito, caracterizando-se como plágio.

Esta prática fere dois princípios básicos: o fato de que estes trabalhos acadêmicos servem como prova do aproveitamento do aluno em relação ao curso, sendo uma espécie de “comprovante” de sua absorção de conhecimento enquanto acadêmico, afinal, ao se passar quatro (ou cinco) anos em uma escola de nível superior, estudando teorias, praticando nos estágios curriculares e extracurriculares, nos faz inferir que o aluno tenha adquirido, ao longo desse tempo, bagagem suficiente para perceber com que área de seu curso tem mais familiaridade e, por tanto, consiga discorrer sobre o tema escolhido, e o segundo princípio diz respeito a Lei do Direito Autoral, nº 9610/98, que em seus Capítulos II e IV prevê:

[...]

Capítulo II – Dos Direitos Morais do Autor

Art. 24. São direitos morais do autor:

[...] II – o de ter seu nome, pseudônimo, ou sinal convencional indicado ou anunciado, como sendo o do autor, na utilização de sua obra;

[...] Capítulo IV – Das Limitações aos Direitos Autorais

Art. 46. Não constitui ofensa aos direitos autorais:

[...] III – a citação em livros, jornais, revistas ou qualquer outro meio de comunicação, de passagem de qualquer obra, para fins de estudo, crítica ou polêmica, na medida justificada para o fim a atingir, **indicando-se o nome do autor e a origem da obra.** (Grifo nosso). (BRASIL. Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998).

Ao compararmos o trecho acima descrito com o que indicam as Normas Brasileiras de Citação e Referência, respectivamente NBR 10520:2002 e NBR 6023:2002, percebemos total consonância, uma vez que a NBR 10520:2002 exprime que para citação direta, por exemplo, deve-se usar a sinalização por meio de recuo, quando for citação de mais de quatro linhas, ou de aspas, quando menos de quatro linhas, seguido do sobrenome do autor, ano da publicação em que foi retirado o trecho, procedido da página em que ele se encontra, a colocação do nome do autor pode ser no corpo do texto também, isso varia de acordo com quem escreve. Enquanto que a NBR 6023:2002 prevê a disponibilização dos elementos, de forma padronizada, que podem identificar o texto de onde foi extraída a citação.

Essas indicações normativas são geralmente dadas aos alunos nas disciplinas de metodologia da pesquisa, não sendo um estudo aprofundado das normas, apenas a explanação

de sua utilização, para que estes saibam usá-las minimamente. Por isso, muitos trabalhos nos chegam com ausência de alguns desses elementos básicos (data da citação, página, volume do periódico, entre outros) e outros, que são os casos, de fato, mais preocupantes, com a cópia não referenciada de trechos e/ou ideias de seus pares. Essas cópias nem tem o indicativo de quem é o autor, nem de que é de outro autor, ou seja, o discente se apropria do fragmento/ideia como se fosse originalmente seu, violando o direito de autoria do idealizador primeiro.

O não cumprimento da lei acarreta o pagamento de multa e outras deliberações, fato que pouco ocorre no que tange à produção de trabalhos acadêmicos, uma vez que a fiscalização é precária e por este tipo de literatura ser considerada cinzenta (referindo-se a toda documentação produzida nos ministérios, agências governamentais, organizações privadas, Organizações Não-Governamentais (ONGs), instituições culturais e acadêmicas, congressos, etc.). Por muitas vezes, surgem monografias sem o mínimo de estrutura normativa, já outras só precisam de alguns “retoques”. Isso mostra ensinos e “ensinos”, independentemente da instituição ser pública ou privada. Embora a normalização não seja uma disciplina obrigatória nem para os alunos de Biblioteconomia, seria favorável que essa atividade fosse vista como um fator efetivamente presente na vida acadêmica, já que interfere positivamente no processo da comunicação científica, como já foi mostrado.

Ainda para falar em termos de responsabilidade, a ética deve existir na normalização, pois um normalizador tem em mãos o resultado de meses, ou anos, no caso de dissertações e teses, de dedicação, estudo e pesquisa. A confiança expressada pelos autores precisa e deve ser respeitada. O cuidado com essas informações é imprescindível, já que o plágio é um problema altamente relevante no meio acadêmico, uma vez que trava a evolução técnico-científica.

É essencial que haja uma boa comunicação entre autor e normalizador, para que sejam garantidas a integridade e preservação do trabalho acadêmico. O cuidado na escolha de quem vai normalizar também é essencial. Existem várias pessoas que praticam essa atividade mesmo não sendo bibliotecários ou estudantes de Biblioteconomia, ou que nunca tenham feito a disciplina de normalização. Obter referências de toda e qualquer pessoa que esteja disposta a normalizar é importante tanto para a prevenção de um possível plágio quanto para a padronização segundo as normas estabelecidas pela ABNT.

Orientadores

Um ponto de importante relevância no que se refere à normalização de trabalhos acadêmicos é o papel dos professores durante a orientação. Eles devem abordar detalhes quanto ao processo de elaboração do texto, a coerência e outros aspectos referentes ao trabalho com o orientando. No entanto, é fácil encontrarmos casos de alunos em fase de conclusão de sua monografia com muitas dúvidas não totalmente supridas durante as orientações. Em alguns casos, vivenciados, ocorreram situações peculiares onde a relação orientador-orientando pode não ser eficiente. Um exemplo aparece com uma aluna que procurou o grupo também para uma “coorientação”, a pedido do orientador.

- [...] meu orientador disse que eu procurasse vocês para terminar de desenvolver o que falta na minha monografia [...]

A mesma aluna relata sua dificuldade na escrita e desenvolvimento de argumentos, também explicitada pelo seu orientador:

- [...] meu orientador praticamente disse que eu não sei escrever.

Outro aluno assumiu uma deficiência em seu trabalho; passando pelo conteúdo da monografia até a normalização. Uma vez que alegou ser a monografia seu primeiro trabalho acadêmico.

- [...] esse é o meu primeiro trabalho acadêmico na universidade.

Estes trechos, retirados de conversas com esses e outros estudantes de diferentes instituições, ilustram a ausência de diálogo entre orientador e orientando, assim como uma deficiência causada pelo uso desordenado de artifícios como “copiar-colar” em detrimento da real leitura e absorção de conteúdo. É importante ressaltar que essas situações não são unânimes e muitos professores exercem, de fato, a função de orientador. No que se refere à normalização, em alguns casos, o orientador pode dificultar o trabalho do normalizador, já que alguns ou não exigem o cumprimento dos padrões estabelecidos pela ABNT ou exigem normas “criadas” pelas instituições, sendo estas com variações e adaptações das normas.

Podemos exemplificar com os manuais de elaboração de trabalhos acadêmicos, encontrados em instituições públicas e particulares de ensino. Mesmo tendo as normas elaboradas pela ABNT como base, os manuais trazem diferenças evidentes, que a vista de

qualquer profissional que trabalhe e utilize as normas oficiais brasileiras seria considerado um grande equívoco. Assim, os orientandos procuram ajustar suas monografias de acordo com o que o orientador pede, e são raras as situações em que os alunos são orientados a procurar alguém que saiba normalizar. Entretanto, surge a questão: como, se mesmo sem uma estruturação adequada do trabalho, a aprovação acontece sem nenhuma consequência maior?

Na verdade, a normalização não interfere na avaliação do conteúdo, apenas na estrutura dos elementos, objetivando facilitar o intercâmbio de informações. Porém, a importância da normalização nos trabalhos deve ser observada não somente pelos profissionais que lidam com ela, mas também por toda a comunidade acadêmica, afinal, é por meio dessa estruturação lógica e padronizada que os pesquisadores conseguem, por exemplo, saber que fontes o autor do texto que ele está lendo utilizou. Mesmo nos cursos de outras áreas do conhecimento, é preciso atentar para a padronização dos TCCs, assim como os cursos das ciências humanas também necessitam ser mais criteriosos em relação à normalização, pois, apesar de muitos discentes já nos afirmarem que parece desnecessário, é vital tanto para a estética do trabalho quanto para atender às necessidades de outros pesquisadores, como ilustrado no caso acima.

A aplicação das normas continua a ser um desafio em meio acadêmico, principalmente para orientadores e orientandos, já que é uma atividade que possui muitas peculiaridades que poucos compreendem, sendo de fácil entendimento, então, apenas àqueles que lidam constantemente com as normas.

Considerações finais

A normalização de trabalhos acadêmicos tem por objetivo a padronização, visando torná-los esteticamente apresentáveis, além de ter como finalidade garantir o intercâmbio, por meio da facilitação dos mecanismos de busca dos materiais informacionais, colocando à disposição dos pesquisadores, os elementos básicos de identificação para recuperação dessas informações nas suas fontes de origem.

A importância de trabalhos acadêmicos normalizados torna-se crucial no que se refere à organização do trabalho, seja artigo, monografia, dissertação ou tese, pois cada elemento (pré-textual, textual e pós-textual) precisa estar de acordo com uma padronização que se faz necessária no que tange à produção, apresentação e compreensão do texto, principalmente

para facilitar o processo de comunicação científica. A normalização abrange ainda assuntos altamente relevantes para o ambiente acadêmico como o plágio, que infelizmente não evita sua prática, como apontado no estudo de Sampaio (2011); mas torna-se aliado para sua detecção. Outra possível alternativa para combater o plágio estaria no contato direto do orientando com importantes participantes na construção de textos acadêmicos, como orientador e o normalizador. Contudo, a realidade nos mostra que em muitos casos o plágio não ocorre pela consciência do aluno, vendo nessa atividade algo ilícito e danoso a outros autores e a si mesmo.

Portanto, no que se diz respeito à relação entre orientando e orientador deve ser claro, direto e objetivo; permitindo que esse contato contribua positivamente para um trabalho com textos e pesquisas bem elaboradas. O orientador é o guia do aluno nesse período tão complexo na vida universitária. Assim, seu direcionamento ajudará a ampliar, ou não, pensamentos, ideias e performances dos orientandos. Contato com o normalizador também deve ser objetivo e claro, onde o orientando e o normalizador estão conscientes de suas responsabilidades como atos ilícitos de plágio e uso de trechos e/ou textos sem autorização do autor.

Ao nos aprofundarmos no universo de conteúdos acadêmicos, normalização e normas a experiência NORMALIZADORES nos mostra a realidade em torno do uso das normas e manuais específicos e a importância dada à correta estruturação de trabalhos acadêmicos. O grupo NORMALIZADORES não é apenas uma iniciativa com objetivos meramente lucrativos, mas também objetiva a popularização e respeito às regulamentações e conteúdos de teor acadêmico. A disseminação da utilização das normas, ABNT ou Vancouver, ou divulgação de legislações que protegessem os autores, como a já citada lei n. 9610/98, é uma das ideias que motivou o surgimento do grupo supracitado. Com o passar dos anos o grupo compreendeu que as dificuldades estão além do uso de normas, pois os alunos estão perdidos entre diferentes ideias surgidas a partir do tema escolhido e os caminhos propostos pelos orientadores.

Frases citadas anteriormente foram resultado de conversas entre alunos e pessoas do grupo demonstram necessidades primordiais para o ambiente acadêmico, como a intensificação da relação aluno-orientador. Com o favorecimento desse contato possivelmente equívocos seriam mais escassos; nesse âmbito colocamos a utilização de terceiros para orientação, a compra de trabalhos e plágios. A experiência com normalização mostrou que

cada instituição de ensino procura adaptar normas para sua realidade, contudo trabalhando para estarem atualizadas e em consonância com as normas técnicas da ABNT.

Por fim, ao se falar sobre normalização teremos ressaltar palavras como confiança e respeito pelos conteúdos diversos, fruto de meses de trabalho árduo e leituras intensas, que são passados a estas pessoas. É preciso valorizar o trabalho de normalização e as normas técnicas, que ajudam a definir e estruturar ética e esteticamente os trabalhos acadêmicos. A normalização existe com propósitos que se aplicam não somente ao ambiente universitário, mas para diferentes âmbitos da vida; por isso, torna-se válida a importância de sua prática.

Referências

ARTE-EDUCADORES DO ESPÍRITO SANTO. Vitória, 2009. Disponível em: <<http://arteeducadoresdoespiritosanto.blogspot.com.br/2009/06/como-organizar-o-registro-do-relato-de.html>>. Acesso em: 13 maio 2013.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **ABNT/CB-14 – Informação e documentação**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://abnt.iso.org/livelink/livelink/fetch/14025021/cb14.pdf?nodeid=14091437&vernum=0>>. Acesso em: 15 maio 2011.

_____. **NBR 14724**: informação e documentação: trabalhos acadêmicos: apresentação. Rio de Janeiro, 2011.

_____. **NBR 6028**: informação e documentação: resumo: apresentação. Rio de Janeiro, 2003.

_____. **NBR 10520**: informação e documentação: citações em documentos: apresentação. Rio de Janeiro, 2002.

_____. **NBR 6023**: informação e documentação: referências: elaboração. Rio de Janeiro, 2002.

BRASIL. Lei nº 9610, de 19 de fevereiro de 1998. Altera, autoriza e atualiza a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 19 fev. 1998. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9610.htm>. Acesso em: 22 maio 2011.

CALDAS, M. A. E. et. al. **Documentos acadêmicos**: um padrão de qualidade. Recife: Ed. Universitária UFPE, 2006.

INSTITUTO NACIONAL DE METROLOGIA, NORMALIZAÇÃO E QUALIDADE INDUSTRIAL. História da normalização. In: ENCONTRO NACIONAL DE DOCENTES SOBRE NORMAS TÉCNICAS, 3, 1985, São Leopoldo. **Trabalhos apresentados**. São Leopoldo: INMETRO, 1985. p. 3-17.

OLIVEIRA, B. M. J. F. **Conversa sobre normalização de textos acadêmicos**. João Pessoa: Ed. Universitária UFPB, 2007.

SAMPAIO, D. B. **Concepção de monografias sob o prisma da normalização**: um breve estudo sobre os papéis do orientador, do orientando e do normalizador na elaboração de uma monografia. Fortaleza, 2011, 58f. (Programa de Graduação em Biblioteconomia) – Departamento de Ciências da Informação, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2011.

SILVA, F. L. L.; CECCHETTO, J. G.; COSTA, R. M. **Qualidade**. São Paulo: Faculdade Integrada Campos Salles, 2000.

Artigo submetido em: 10 mar. 2013

Artigo aceito em: 06 jun. 2013